

Estatuto do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES
Gabinete do Prefeito

www.pmf.mt.br - FAX: (65) 322-2700 - CENTRO: (65) 322-2700

LEI N° 316/97 DE 20 DE JUNHO DE 1997.

EMENTA: CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

A Câmara Municipal de Trajano de Moraes, aprova e sanciona a seguinte:

LEI:

ART 1º - É criado o Conselho Municipal de Educação na forma da presente Lei.

ART 2º - O Conselho Municipal de Educação será constituído de 09 (nove) membros, nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos.

PARÁGRAFO ÚNICO - A indicação dos membros para comporem o Conselho, será feita da seguinte forma:

- I - 02 (dois) representantes da Secretaria de Educação;
- II - 01 (um) representante da Secretaria de Cultura;
- III - 01 (um) representante da Secretaria de Fazenda;
- IV - 02 (dois) representantes da Associação de Pais e Mestres;
- V - 01 (um) representante do SINFRAE - RJ;
- VI - 01 (um) representante do SINPE;
- VII - 01 (um) representante da Agência de Administração Escolar.

ART 3º - A escolha dos membros do Conselho recairá sobre professores de notório saber e vivência de problemas educacionais.

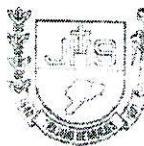
ART 4º - Ao ser constituído o Conselho, na forma da presente Lei, 05 (cinco) membros do conselho serão mantidos de spumas 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

ART 5º - Excluída vaga no Conselho, a nomeação do substituto será pelo prazo restante no mandato de substituição.

ART 6º - O Presidente do Conselho, será nomeado pelo Prefeito Municipal, através de Decreto.

ART 7º - O Conselho terá um Vice-Presidente, eleito pelo colegiado, que substituirá o Presidente em suas faltas ou imediatamente.

ART 8º - Poderá o mandato e mandato do Conselheiro que deixar de comparecer a 05 (cinco) reuniões ordinárias consecutivas, não podendo, neste caso, ser reconduzido.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES
GABINETE DO PREFEITO
PRAÇA WALDEMAR MAGALHÃES, N° 1 - CENTRO - TRAJANO MORAES - CEP 28750-000

ART 9º. - Os membros do Conselho, farão jus a uma gratificação de presença correspondente a 80 % (oitenta por cento) da deliberada para o Conselho Estadual de Educação, ficando limitada a, no máximo, 12 (doze) reuniões anuais gratificadas.

ART 10º. - As funções dos membros do Conselho, são consideradas de relevante interesse público e com prioridade sobre quaisquer cargos municipais de que sejam titulares.

ART 11º. - Com autorização do Prefeito Municipal, o Conselho poderá requisitar pessoal técnico e administrativo, pertencente aos quadros da municipalidade, para desempenho de suas funções.

ART 12º. - Fica criado, no quadro permanente da municipalidade, um cargo de provimento em comissão, de Secretário Executivo do Conselho, a ser preenchido por indicação do Presidente de Colegiado, devendo a escolha recair em pessoa com grande experiência em assuntos de educação, possuidora de Curso Universitário.

ART 13º. - O Conselho estabelecerá, em seu regimento, as atribuições necessárias ao funcionamento das atividades educacionais no Município, na forma da legislação vigente.

ART 14º. - O Conselho, será dividido em Câmaras com atribuições fixadas em regimento.

ART 15º. - As deliberações do Conselho serão tomadas "ad referendum" do Conselho Estadual de Educação.

ART 16º. - No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da instalação do Conselho, o mesmo submetterá seu Regimento à aprovação do Prefeito Municipal.

ART 17º. - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da respectiva dotação orçamentária.

ART 18º. - Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogas as disposições em contrário.

Trajano de Moraes, 09 de junho de 1997


EDUARDO GALIL

Prefeito